

**Telejornalismo em Goiás:
Possíveis contribuições à construção da cidadania - Um estudo de caso do Jornal
Anhanguera 1ª edição ¹**

Jordânia Bispo ROCHA²
Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO

RESUMO

O presente estudo busca conhecer melhor o telejornalismo produzido em Goiás e averiguar até que ponto ele colabora com a construção da cidadania. Para tanto, analisa-se o conteúdo de uma semana do Jornal Anhanguera – 1ª edição, com ênfase nos gêneros e formatos jornalísticos utilizados nesse intervalo de tempo, além de observar os temas mais recorrentes na programação do telejornal em questão. A análise nos conduz assim à compreensão de que esse processo estabelecido entre o veículo de comunicação e o telespectador/cidadão poderia ser mais profundo e efetivo, quando o assunto é a construção da cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: Telejornalismo goiano; Jornalismo; Cidadania;

O jornalismo e a construção da cidadania

O início da relação existente entre o jornalismo e a construção da cidadania não data dos tempos atuais e tem em seu histórico grandes e bons frutos. No entanto, vale lembrar que essa é uma relação complexa e que exige cuidado para que dê resultados positivos, já que nela perpassam diversos interesses e conflitos de atores sociais. Antes de mais nada então, é interessante entender que cidadania é essa da qual falaremos e quais as possíveis contribuições podem ser oferecidas pelo jornalismo.

Pensar a Cidadania exige logo em um primeiro momento a clareza de que esse é um termo histórico, que varia no tempo e no espaço, e que é socialmente construído. Esta é uma construção que começou desde a Grécia e Roma Antigas, com as primeiras noções de pertencimento e de garantia de direitos, até passar pelas revoluções Inglesa (1640),

¹ Trabalho apresentado no DT 5 – Rádio, TV e Internet do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, realizado de 19 a 21 de maio de 2016.

² Mestranda do Curso de Comunicação da FIC-UFG, e-mail: jordania.jobis@gmail.com.

Americana (1776) e Francesa (1789) e é ainda hoje um percurso em construção, seja no Brasil ou em qualquer parte do mundo (Pisnky e Pinsky, 2005).

Para entender ainda melhor do que se trata esse termo vale a pena promover uma articulação entre os conceitos de Marshall (1967) e Carvalho (2014). De acordo com Marshall (1967), que faz uma análise do surgimento da cidadania na Inglaterra, a cidadania é um status concedido à todos aqueles que são membros integrais de uma comunidade. Ele divide a mesma em três partes: civil, política e social. A primeira contempla direitos importantes para a liberdade individual; enquanto a segunda está relacionada ao direito de poder participar do exercício do poder político, e por fim, a terceira refere-se à uma esfera que vai desde o direito do mínimo de bem-estar econômico até o direito de levar a vida de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade onde se está inserido. Segundo o autor, essa sequência seria a mais apropriada para o desenvolvimento da Cidadania.

A conceituação de Carvalho (2014) vai ao encontro da proposta de Marshall (1967), mas o autor faz a ressalva de que, no Brasil, essas três dimensões se deram em uma lógica inversa. No país, foi dada ênfase nos direitos sociais, depois nos direitos políticos, e os civis, ainda hoje não estão acessíveis à todos os brasileiros. Para o autor, a ênfase nos direitos sociais e os períodos de supressão de direitos políticos vividos em diferentes momentos da história do país ajudaram a consolidar determinados comportamentos da população e de representantes políticos, que ainda hoje são difíceis de serem alterados.

Essa discussão sobre Cidadania está em voga no Brasil desde o início do período de redemocratização do país. Segundo Carvalho (2014), a população via naquele momento uma oportunidade para mudanças radicais nas diferentes dimensões da cidadania. O que parte da sociedade não identificou nesse momento foi que a conquista de um tipo de direito, no caso o político, não necessariamente implicaria na obtenção imediata de outros, no caso a plenitude dos civis e a garantia dos sociais. O que se vê ainda hoje no país é um certo sentimento de desilusão quanto a essa expectativa em específico. São muitos os indivíduos que não possuem acesso à saneamento básico, à segurança integral, à serviços jurídicos, à uma saúde pública de qualidade, bem como ainda há crianças fora da escola e uma série de outros entraves que dificultam a plenitude da cidadania no Brasil.

Esse cenário, junto a elementos como corrupção e negligência por parte do poder público, que ocorre em todos os estados brasileiros, faz com que o cidadão encontre no

jornalismo um espaço para auxiliá-lo nas tentativas de atendimento de suas demandas. Aqui ganha destaque o jornalismo local, que segundo Peruzzo (2005, p. 78) se configura como um possível espaço para o “atendimento” dessas demandas, já que “o meio de comunicação local tem a possibilidade de mostrar melhor do que qualquer outro a vida em determinadas regiões, municípios, cidades, vilas, bairros, zonas rurais, etc”. Assim, aquilo que é preocupação primordial para os indivíduos dessas regiões, terá sempre grandes chances de receber espaço nessa imprensa.

Peruzzo (2005) reforça que o nível de envolvimento dessas empresas jornalísticas, que têm crescido significativamente no interior do país, vai depender dos interesses e da política editorial de cada uma delas. A autora também chama atenção para algumas dificuldades como a conveniência de determinados produtores de notícia que se apoiam excessivamente em fontes oficiais, o aproveitamento intencional e acrítico de releases vindos de assessorias de imprensa, além claro das ligações políticas e partidárias, que acabam por comprometer a qualidade da informação. Segundo a pesquisadora, apesar dessas situações possíveis há sim grande potencial nessa relação existente entre a comunidade e o jornalismo, principalmente, aquele produzido localmente.

Mudanças estruturais no jornalismo e os reflexos na produção do telejornalismo local

Desde o final do século XX, o jornalismo está vivenciando um período de intensas transformações. Para Pereira e Adghirni (2011), o jornalismo está passando por um período de transição e de mudanças estruturais, que estão assentadas sobre três eixos. O primeiro deles é o tempo de produção da notícia, que segundo os autores, tem diminuído, enquanto as rotinas produtivas têm sido alteradas de um modo geral por influência, principalmente, da internet e da tendência à convergência digital. O segundo eixo, se refere ao perfil do jornalista, que é estimulado a ser um profissional multitarefas e que vê sua remuneração permanecer a mesma e ainda correr o risco de ser substituído por um profissional recém-formado, que aceite produzir mais e ganhar menos. Por fim, e talvez a mais importante dessas mudanças, está a alteração no perfil do público, que possui novos hábitos e novas formas de consumir informação, além de se tornar cada vez mais “produtor de notícia”.

Essas mudanças alteram todo um cenário de relações de produção e de consumo e refletem significativamente na relação entre a sociedade e o jornalismo. Para Silva (2013), nesse momento convivem juntos o protojornalismo (*peny press*), o jornalismo (informativo) e o pós-jornalismo (último estágio, onde há foco na informação de serviço). O autor reforça que apesar das mudanças, o compromisso com o público e suas demandas permanece igualmente sólido, de forma que esse público passe a ser mais ouvido e “inserido” na produção das notícias.

Tanto para Pereira e Adghirni (2011) quanto Silva (2013), as mudanças são profundas, mas em nenhum momento elas colocam a relação com o público em um segundo nível. Na verdade, esse vínculo passa ser ainda mais importante para a sobrevivência do jornalismo e das empresas jornalísticas. Assim, é possível notar o surgimento, ou mesmo intensificação, de determinados recursos e estratégias de comunicação para fidelizar ainda mais esse público.

Nesse sentido, o presente artigo faz um recorte desse cenário priorizando o uso estratégico de determinados gêneros e formatos jornalísticos presentes no telejornalismo local, por meio de um estudo de caso do Jornal Anhanguera 1ª edição. Para tanto, de um lado são utilizadas as definições de gêneros jornalísticos propostas por Assis e Melo (2010), que listam 5 diferentes gêneros: informativo, interpretativo, opinativo, diversional e utilitário. Enquanto em um segundo momento, analisa-se os formatos presentes no telejornal à luz de Siqueira e Vizeu (2014) que concebem os formatos: nota, nota ao vivo com imagens, nota coberta, reportagem, vivo, stand up, display ou duet, entrevista, áudio tape, comentário, virtual e integrado.

Metodologia

Para entender até que ponto o telejornalismo goiano tem contribuído para a construção da cidadania, foi realizada uma Análise de Conteúdo (AC), à luz das contribuições de Bardin (1977), focada nos gêneros e formatos jornalísticos, além das temáticas abordadas no Jornal Anhanguera – 1ª edição, exibido de segunda-feira à sábado, a partir do meio dia, pela TV Anhanguera – filiada à Rede Globo. O telejornal em questão foi escolhido devido à sua audiência, às mudanças que realizou em sua forma e conteúdo nos últimos anos e à sua tradição no Estado.

O recorte temporal proposto foi a semana em que a TV Anhanguera exibiu a série de reportagens “Insegurança Pública. Até quando?”; mas também a mesma semana em que morreu a estudante Nathália Zucatelli (jovem que veio de Rondônia-RO fazer curso preparatório para conquistar uma vaga na faculdade de medicina e que foi vítima de um latrocínio), caso que gerou comoção em todo o Estado; e por fim, mesmo período da troca do secretário estadual de Segurança Pública. Assim, o intervalo de análise compreendeu a semana de 22 a 27 de fevereiro de 2016.

Foi feita inicialmente uma pesquisa exploratória por meio do site da emissora, que armazena e disponibiliza os conteúdos que foram ao ar, com o objetivo de conhecer melhor o tom do telejornal, as principais pautas e o discurso do programa jornalístico em questão. Já nessa etapa foi possível levantar alguns elementos salientes nesse cenário.

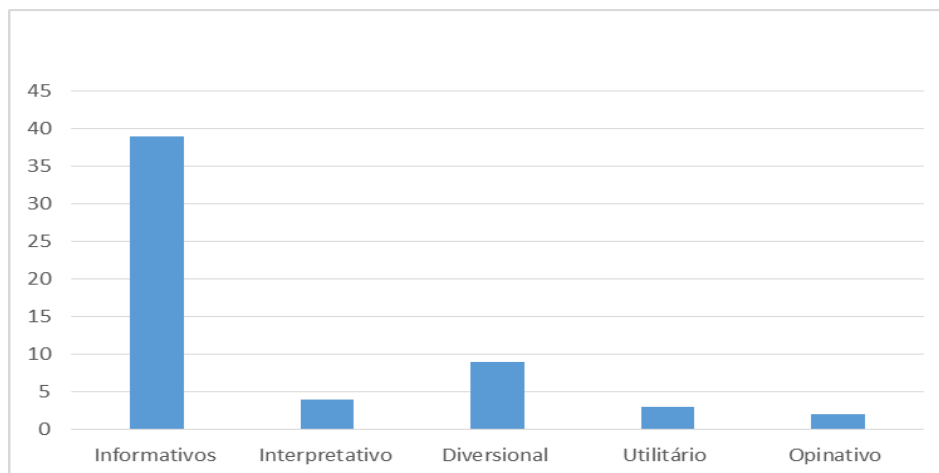
Assim, foram estabelecidas três categorias de análise: “gêneros presentes no JA1”, “formatos presentes no JA1” e “temas abordados no JA1”. Questões como tempo de cada matéria exibida, jargões utilizados, “participação” do telespectador e comportamentos constantes ao longo do programa jornalístico foram observados, porém, não foram quantificados por não serem o ponto central da análise. De todo modo, receberam certa atenção pois ajudam a construir nosso cenário de análise.

A Análise

A primeira etapa metodológica deste artigo se assentou na pesquisa exploratória. Nessa fase foi possível perceber que o programa jornalístico em questão valoriza em seu discurso a defesa do cidadão goiano e procura demonstrar esse posicionamento por meio de formatos e gêneros jornalísticos específicos, além de expressões que permeiam o telejornal. Assim, o mesmo procura oferecer pautas de cunho mais popular e sempre com o objetivo de se posicionar ao lado do cidadão. Foi possível identificar também, que alguns temas são mais recorrentes que outros e que da mesma forma, recebem mais espaço.

Na etapa de categorização do material, novas informações ficaram evidentes. Na categoria “gêneros presentes no JA1”, classificados de acordo com Assis e Melo (2010), foi possível comprovar que de fato o gênero informativo ainda é o que recebe maior espaço, contrariando inclusive, o pensamento de que atualmente os telejornais locais estão focando parte significativa de sua programação apenas no entretenimento.

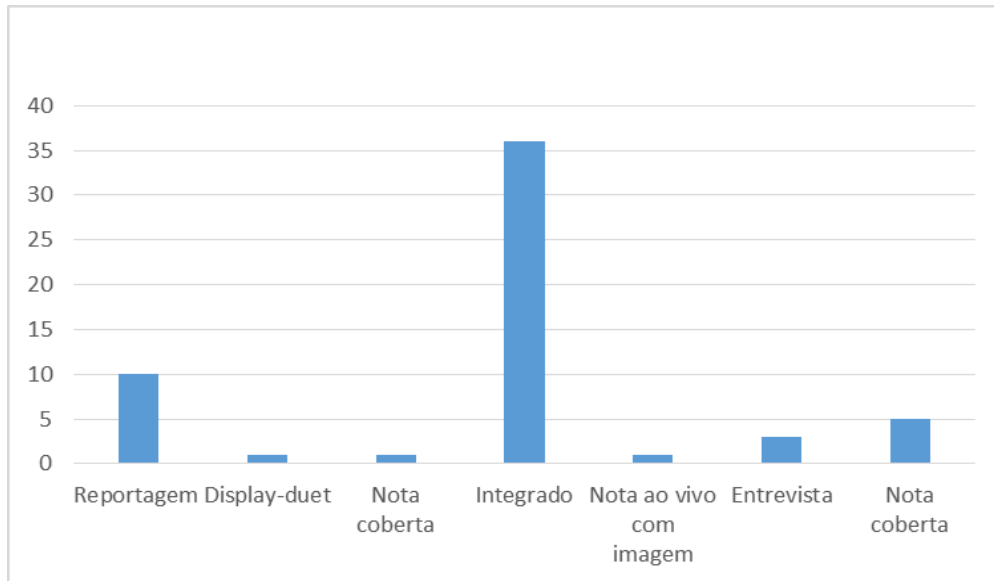
O gráfico abaixo mostra essa divisão de gêneros.



Fica claro que existe por parte do veículo a preocupação em trazer os principais assuntos da cidade, mesmo que de forma pouco aprofundada. No período analisado, por exemplo, é possível constatar espaço significativo para a morte da estudante Nathália Zucatelli e a troca do secretário de Segurança Pública do Estado.

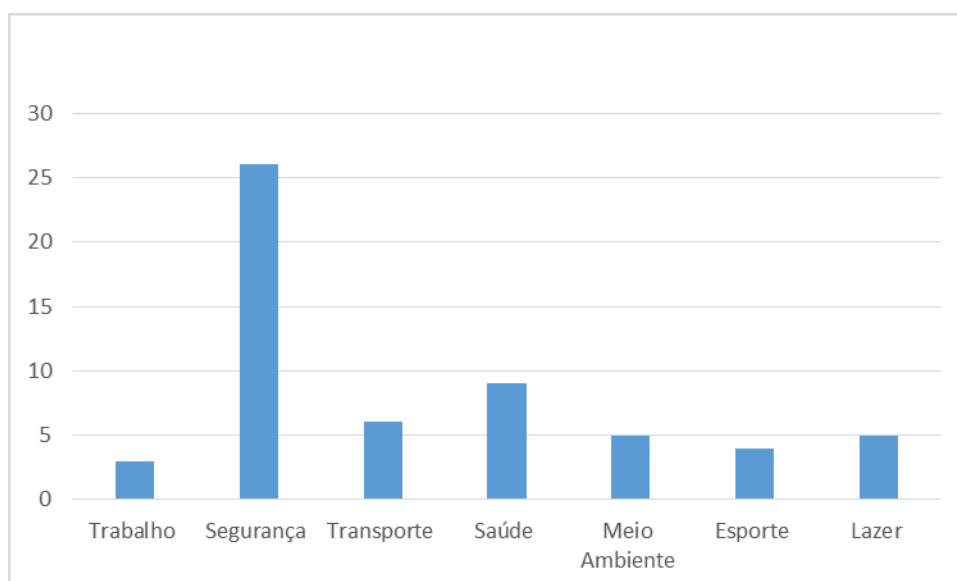
Já na categoria “formatos presentes no JA1” foram utilizadas as noções de Siqueira e Vizeu (2014), já que eles pensaram essa classificação de acordo com esse novo cenário no qual se encontra o telejornalismo. Nesse momento, ficou clara a necessidade que o veículo tem de posicionar o telespectador quanto ao feedback do poder público. De modo que o formato de maior expressão seja o “integrado”, ou seja, a combinação de diferentes formatos. No geral, a configuração mais recorrente mostrada nessa etapa é a reportagem (criticando alguma falha do poder público) seguida pela nota de resposta, que é lida pelo apresentador no final da mesma.

O gráfico abaixo, ilustra a constatação.



Por fim, na categoria “temas abordados no JA1” ficou claro a questão do discurso relacionado à cidadania. Todos os temas que foram abordados nesse período de algum modo perpassam à lógica da cidadania. No entanto, só inserir o assunto na programação não é o suficiente. A abordagem que se constatou, no geral, é bastante superficial e não oferece elementos para que o cidadão de fato exerça sua cidadania de maneira consciente. Em muitos casos, fala-se sobre problemas na saúde, mas não são mostrados caminhos e alternativas jurídicas, por exemplo. Fica-se no discurso emocional e pouco efetivo, o que na prática contribui muito pouco para a construção da cidadania.

O gráfico abaixo ilustra a constatação.



Considerações finais

Enfim, analisar o conteúdo do JA1 nos ajudou a constatar que, de fato, a TV Anhanguera tem percebido a necessidade de mudar em função de seu público, que como bem lembram Pereira e Adghirni (2011), tem consumido informação de um modo diferente nos últimos anos. Atualmente, esse público quer não só ser contemplado em suas pautas, como também passa a enxergar na imprensa regional uma forma de ter suas demandas atendidas.

A análise também nos possibilitou perceber a importância dada a assuntos relativos à segurança pública. Todas as edições analisadas (de 22 a 27 de fevereiro de 2016) apresentaram matérias a respeito desse assunto, seja no formato reportagem, integrado, ou mesmo entrevista. O assunto é recorrente no telejornal em questão, porém, ainda falta um aprofundamento satisfatório e uma abordagem que contribua efetivamente com o cidadão.

Foi possível perceber também que de fato o conteúdo do telejornal JA 1ª edição tem interesse em discutir aspectos da cidadania, porém, alguns pontos são questionáveis. A maioria das matérias por exemplo, abordam temáticas pertinentes à cidadania, principalmente na dimensão dos direitos civis e sociais apontados por Marshall (1967), mas costumam parar no relato do fato e encerrar, no máximo, com um comentário indignado por parte do apresentador. Nota-se que a abordagem acaba sendo superficial. Observam-se poucos caminhos práticos para que o cidadão possa caminhar melhor rumo à plenitude da cidadania.

Dessa forma, vale a pena ampliar o olhar dessa pesquisa e perceber outras nuances deste cenário, averiguando, por exemplo, se o público percebe o discurso da cidadania ao longo do telejornal, se esse conteúdo impacta na vida desse cidadão de alguma forma, ou se ao desligar a televisão, a vida desse indivíduo segue sem nenhuma transformação, no que diz respeito ao seu conhecimento acerca de seus direitos e deveres.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil**. 18ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.

MELO, J. M. de; ASSIS, F. de. **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo, SP: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

PEREIRA, F. H; ADGHIRNI, Z. L. O jornalismo em tempos de mudanças estruturais. **Intexto**. Porto Alegre, v. 1, n. 24, p. 38-57, jan/jun. 2011.

PERUZZO, C. M. K. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. **Comunicação & Sociedade**. São Bernardo do Campo, ano 26, n. 43, p. 67-84, jan/jun. 2005.

PINSKY, C. B; PINSKY, J. **História da Cidadania**. 3ed. São Paulo: Contexto, 2005.

SILVA, L. M. da. Jornalismo e pós-jornalismo, Trabalho e sobretrabalho. **Esferas**. Brasília, ano 1, n. 2, jan/jun. 2013.

SIQUEIRA, F. C. de; VIZEU, A. Jornalismo em transformação: as escolhas dos formatos das notícias na TV In: VIZEU, A; MELLO, E; PORCELLO, F; COUTINHO, I. **Telejornalismo em questão**. Florianópolis: Insular, 2014.